



REUNIR:
Revista de Administração,
Ciências Contábeis e
Sustentabilidade

www.reunir.revistas.ufcg.edu.br



ARTIGO ORIGINAL

Inovação Social e Sociedade Civil: Conteúdo, Processos e Empoderamento
Social Innovation and Civil Society: Content, Processes and Empowerment
Innovación Social y Sociedad Civil: Contenido, Procesos y Empoderamiento

Suzanne Érica Nóbrega Correia¹, Lucia Silva Albuquerque de Melo², Verônica Macário de Oliveira³

PALAVRAS-CHAVE

Inovação social.
Sociedade Civil.
Mudança Social.

Resumo: Este ensaio teórico tem como objetivo analisar os papéis estratégicos da sociedade civil nas três dimensões fundamentais da inovação social identificadas por Moulaert et al. (2005): conteúdo, processo e, empoderamento. Aponta-se, assim, a relevância estratégica da atuação da sociedade civil no processo de desenvolvimento, implementação e difusão de inovações sociais. As discussões indicam que na dimensão conteúdo, o diagnóstico e idealização das soluções de suas próprias necessidades sociais é uma ação estratégica fundamental da sociedade civil. Dessa forma, pode-se agir coletivamente e criar uma sinergia, bem como aumentar a capacidade cívica na medida em que age em conjunto em torno dos problemas das comunidades, legitimando suas decisões e aumentando a capacidade produtiva, por meio da aprendizagem, adaptação e geração de resultados visíveis. Na dimensão processo, há a necessidade de coordenar as diferentes partes que atuam no sistema com o propósito de construir e manter redes de relacionamentos e cooperação para seu funcionamento. A dimensão empoderamento ressalta o processo de formação e consolidação das identidades regionais, no qual a sociedade civil constata seu poder de cooperação, tornando-se um agente ativo na busca de soluções para as necessidades sociais locais, atuando de forma criativa sem esperar por uma mudança *top-down* e geral na política, na economia ou nos ativos institucionais e de infraestrutura do sistema. Conclui-se que os fatores de sucesso na implementação de uma inovação social estão na cooperação entre atores e sua articulação para inovar, bem como na força para lidar com os obstáculos.

KEYWORDS

Social innovation.
Civil society.
Social change.

Abstract: This theoretical essay aims to analyze the strategic roles of civil society in the three fundamental dimensions of social innovation identified by Moulaert et al. (2005): content, process, and empowerment. Thus, the strategic relevance of civil society's performance in the process of development, implementation, and diffusion of social innovations is pointed out. The discussions indicate that in the content dimension, the diagnosis and idealization of solutions to their own social needs is a fundamental strategic action of civil society. In this way, one can collaborate and create a synergy, as well as increase public capacity in that it acts together around the problems of the communities legitimizing their decisions to improve

¹ Doutora em Administração, Universidade Federal de Pernambuco. Professora da UFCG. Email: suzanne.enc@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3613-234X>

² Doutoranda em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande. Professora da UFCG. E-mail: luciasilvaalbuquerque@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9543-5642>

³ Doutora em Administração, Universidade Federal de Pernambuco. Professora da UFCG. Email: veronicamacario@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4194-9047>

the productive capacity through learning, adaptation, and generation of results visible. In the process dimension, there is a need to coordinate the different parts that act in the system with the purpose of building and maintaining networks of relationships and cooperation for its operation. The empowerment dimension underscores the process of formation and consolidation of regional identities, in which civil society recognizes its power of collaboration, becoming an active agent in finding solutions to local social needs, acting creatively without waiting for a change top-down and general in the policy, in the economy, or the institutional assets and infrastructure of the system. It is concluded that the success factors in the implementation of social innovation are in the cooperation between actors and their articulation to innovate; as well as in the strength to deal with obstacles.

PALABRAS CLAVE

*Innovación social.
Sociedad civil.
Cambio Social.*

Resumen: Este ensayo teórico tiene como objetivo analizar los papeles estratégicos de la sociedad civil en las tres dimensiones fundamentales de la innovación social identificadas por Moolaert et al. (2005): contenido, proceso y empoderamiento. Se apunta, así, la relevancia estratégica de la actuación de la sociedad civil en el proceso de desarrollo, implementación y difusión de innovaciones sociales. Las discusiones indican que en la dimensión contenido, el diagnóstico e idealización de las soluciones de sus propias necesidades sociales es una acción estratégica fundamental de la sociedad civil. De esta forma, se puede actuar colectivamente y crear una sinergia, así como aumentar la capacidad cívica en la medida en que actúa en conjunto en torno a los problemas de las comunidades legitimando sus decisiones aumentando la capacidad productiva a través del aprendizaje, adaptación y generación de resultados visibles. En la dimensión proceso, hay la necesidad de coordinar las diferentes partes que actúan en el sistema con el propósito de construir y mantener redes de relaciones y cooperación para su funcionamiento. La dimensión empoderamiento resalta el proceso de formación y consolidación de las identidades regionales, en el cual la sociedad civil constata su poder de cooperación, convirtiéndose en un agente activo en la búsqueda de soluciones a las necesidades sociales locales, actuando de forma creativa sin esperar un cambio top-down y general en la política, la economía, o en los activos institucionales y de infraestructura del sistema. Se concluye que los factores de éxito en la implementación de una innovación social están en la cooperación entre actores y su articulación para innovar; así como en la fuerza para hacer frente a los obstáculos.

Introdução

As evidências de que os tempos atuais estão sendo marcados por profundas mudanças econômicas e, sobretudo, sociais estão em todos os países do mundo. Enfatiza-se as críticas que os especialistas fazem ao caráter economicista predominante no modelo de desenvolvimento capitalista aliadas à constatação fática de que este produziu e produz danos consideráveis ao meio ambiente (Wisniewski & Bollmann, 2012). Emerge, assim, um cenário de rupturas sociais, ambientais, políticas e econômicas com foco em mudanças estruturais que fomentam soluções para os problemas da sociedade, juntamente com o desejo de promover novas maneiras de fazer as coisas (Martinez, O'Sullivan, Smith, & Esposito, 2017).

As questões sociais envolvidas neste contexto estão inseridas nas seguintes dimensões-chave (Stiglitz, Sen, & Fitoussi, 2009): padrões materiais de vida (renda, consumo e riqueza); padrões da saúde; educação; atividades pessoais, incluindo o trabalho; participação política e governança; conexões e relações sociais; meio ambiente (condições atuais e futuras); insegurança, de natureza econômica e física. Estas questões devem ser enfrentadas por meio da construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Assim, deve-se buscar mecanismos de distribuição de riquezas, de erradicação da pobreza e de redução das disparidades regionais; de promoção da saúde e de proteção aos grupos socialmente vulneráveis; de educação como instrumento fundamental de mudança social; de elaboração de políticas públicas de caráter social; e de respeito aos padrões culturais (Krama, 2008; Oliveira, Gomez, & Correia, 2018; Sachs, 1993).

Dessa forma, as inovações sociais surgem de impasses estruturais e ações dos movimentos sociais, tornando-se uma construção social marcada por um contexto de relações sociais e ideológicas (Cajaiba-Santana, 2014; Jessop, Moulaert, Hulgard, & Hamdouch, 2013; Klein & Harisson, 2006; Moulaert, 2016; Nicholls & Murdock, 2012), ocasionando a expressão da identidade e da autonomia das pessoas e das comunidades na formação e análise de soluções para problemas de exclusão social e no desenvolvimento de novas estratégias de integração social (Gerometta, Haussermann, & Longo, 2005).

Inovação social é entendida como um processo de satisfação das necessidades humanas não satisfeitas por meio da transformação das relações sociais (Moulaert, 2013). Percebe-se uma nova lente com a qual se vincula a trajetória dos processos de inovação social em diferentes arenas públicas, enfatizando a capacidade de atores comuns para identificar e para interpretar problemas públicos, mobilizar localmente, bem como construir respostas e soluções inovadoras para enfrentá-los (Moraes & Andion, 2017). Essas transformações são capazes de melhorar os sistemas de governança que orientam e que regulam a alocação de bens e de serviços

destinados a satisfazer tais necessidades, criando novas estruturas de relações sociais.

Assim, Moulaert, Martinelli, Swyngedouw, & Gonzalez (2005) traduziram o conceito de inovação social em três dimensões fundamentais, a saber: a satisfação das necessidades humanas (dimensão conteúdo); mudanças nas relações sociais, especialmente no que diz respeito à governança (dimensão de processo); e um aumento na capacidade sócio-política e acesso a recursos (dimensão empoderamento). A inovação social é entendida como um conceito normativo e analítico na formação e na análise de soluções para os problemas de exclusão social e uma entrada eventual no desenvolvimento de novas estratégias de integração social (Gerometta et al., 2005).

Essas dimensões possibilitam vislumbrar como as inovações sociais são desenvolvidas, implementadas e difundidas. Um dos principais aspectos a ser observado é que as iniciativas de inovação social preveem como centrais a adoção de estratégias de mobilização e de envolvimento de comunidades no processo de mudança, pressupondo ampla participação social desde a elaboração de um diagnóstico local até a formulação, implementação e monitoramento das ações (Bodstein, Zancan, Ramos, & Marcondes, 2004; Lehtola & Stähle, 2014; Nyseth, Ringholm, & Agger, 2019). Isto remete diretamente à atuação estratégica da sociedade civil nesses processos. Busca-se, dessa forma, a efetivação da democracia participativa que se expressa na criação de espaços públicos e no engajamento da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisões relacionados com as questões sociais e políticas públicas (Teixeira, Dagnino, & Silva, 2002)

Logo, a sociedade civil desempenha um papel fundamental em qualquer sociedade, que detém todos os responsáveis por suas ações, impulsionado pelo valor, que prossegue a equidade e a justiça, os direitos humanos para todos, preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. Então, ela reflete e defende a dignidade de todas as pessoas (Healey, 2015; Sipiwe, 2016).

Assim, este ensaio teórico se propõe a analisar os papéis estratégicos da sociedade civil nas três dimensões fundamentais da inovação social identificadas por Moulaert et al. (2005). Desta forma, delinear uma compreensão científica mais profunda sobre os papéis estratégicos da sociedade civil, suas relações sociais entre os atores e as estruturas de governança que influenciam o desenvolvimento de inovações sociais pode ser considerada um avanço nos estudos do campo das ciências sociais aplicadas.

Faz-se necessário a definição desses papéis, válidos e significativos, sensíveis ao fenômeno subjacente, inteligível e de fácil interpretação, impulsionados pelos novos desafios sociais e atendimento das necessidades sociais, e como isso, efetivamente, contribuir para os ganhos sociais.

Em termos estruturais o artigo está organizado em cinco seções. Além desta introdução, é apresentada na seção dois a perspectiva teórica da inovação social; seguida da seção três do referencial teórico de sociedade civil. Na quarta seção, descreve-se os resultados apresentados com base na aplicação do modelo proposto e, ao final, são discutidas as considerações finais dos autores.

Inovação Social

O campo da inovação social tem ganhado importância nas últimas décadas, impulsionado por tendências como a participação dos cidadãos e das organizações na inovação, a crítica aos modelos de negócios dominantes e as perspectivas da economia emergente sobre o desenvolvimento (Nyseth et al., 2019; van der Have & Rubalcaba, 2016). Nesse sentido, a inovação social é entendida como novas formas de criação e implementação de mudança social (Hochgerner, 2011). O foco é, nesse contexto, as práticas e a forma como elas são combinadas.

Assim, são consideradas como novas soluções (produtos, serviços, modelos, mercados, processos) que, simultaneamente, satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais (Cloutier, 2003; Moulaert, 2016; Moulaert et al., 2005; Murray, Caulier-Grice, & Mulgan, 2010; Saucier et al., 2006). Além do objetivo de atender às necessidades específicas, essa inovação foca, também, uma finalidade social (ganhos sociais) e se baseia em valores, em aspirações e na criação de um novo significado, na capacidade para agir da sociedade (Assogba, 2010; Caulier-Grice, Davies, Patrick, & Norman, 2012; Moraes & Andion, 2017; Saucier et al., 2006).

As inovações sociais englobam a criação de resultados duradouros que visam atender às necessidades da sociedade por mudar fundamentalmente as relações, posições e regras entre as partes interessadas, por meio de um processo aberto de participação, intercâmbio e colaboração, incluindo os beneficiários, cruzando assim fronteiras organizacionais e jurisdições (Nyseth et al., 2019).

Essa é uma perspectiva que enfatiza a melhoria da qualidade de vida das pessoas, cujo desenvolvimento tem um significado mais ativo destinado a transformar as relações e a criação de valor social (González & Healey, 2005). Nessa direção, assume-se que as iniciativas de inovação social exigem o envolvimento de todos os atores da sociedade (Domanski, 2018; Pel et al., 2018; Howaldt & Schwarz, 2016) para sua efetivação. Caracteriza-se, desse modo, como um processo de construção social que incita a participação dos atores para trocar experiências, mudar comportamentos e gerar soluções na busca de um caminho com condições de vida mais dignas para a sociedade atual e futura. O ponto de partida é o reconhecimento dos desafios que permeiam esse processo e a necessidade de desenvolver soluções e buscar investimentos capazes de promover essa mudança social.

Compreende a utilização dessas novas soluções que permitam promover a inclusão social, geração de trabalho, renda e melhorias nas condições de vida (Farfus & Rocha, 2007), revestindo-se de qualidade cidadã e transcendendo o sentido meramente de valor econômico. São atividades coletivas que assumem a iniciativa e a participação cidadã, com uma conotação positiva e são favoráveis ao bem-estar, envolvem conquistas desejáveis para a melhoria comum, provocando mudanças nas

relações sociais, instituições e organizações (Correia, Oliveira, & Gomez, 2016; Klein, Camus, Jetté, Champagne, & Roy, 2016; Tardif & Harrisson, 2005).

Dessa forma, a inovação social precisa se envolver com um problema de exclusão social de uma forma mais efetiva, eficiente, sustentável que gera maior valor que as práticas existentes e que seus benefícios alcancem toda a sociedade (Phills, Deiglmeier, & Miller, 2008) Caulier-Grice et al. (2012). Constata-se ainda que a inovação social tem sido usada para descrever: a) transformação da sociedade; b) um novo modelo de gestão organizacional; c) um modelo de empreendedorismo social; d) suporte para o desenvolvimento de novos produtos, serviços e programas; e e) uma modelo de governança, capacitação e desenvolvimento de capacidades.

Sendo assim, o surgimento de inovações sociais é resultante da criação de equipes multidisciplinares, de seu processo de aprendizagem para aquisição de conhecimentos, mudança de representações, de novos aprendizados e cooperação (Cloutier, 2003; Sgaragli, 2014; Magliocca, Canestrino, Bonfanti, & Oliabee, 2016). A criação dessas novas relações sociais, portanto, dá suporte na mediação individual e coletivizada, concebida não só para resolver problemas sociais, mas também para responder a um ideal social.

À medida que acontece a reestruturação da rede de atores, é provocada uma redefinição de orientações culturais que formaliza a adoção da nova gestão das relações sociais (Lallemand, 2001; Klein, Fontan, Harrisson, & Lévesque, 2014) e redireciona o estabelecimento de novas formas de fazer as coisas, por meio do desenvolvimento de novos serviços, processos, produtos ou de novas formas de organização das relações sociais.

Moulaert et al. (2005) desenvolveram um modelo alternativo para inovação social no nível local, apresentando dimensões interdependentes para a discussão do seu significado, a saber: a) a dimensão conteúdo, que identifica a satisfação das necessidades humanas não satisfeitas ou porque “ainda não” ou porque “não mais” é percebida como importante pelo mercado ou pelo Estado; b) a dimensão processo, vinculada à alteração nas relações sociais, especialmente no que se diz respeito à governança, aumentando o nível de participação de todos, em especial, os grupos desfavorecidos da sociedade; e c) a dimensão empoderamento, que estuda o aumento da capacidade sócio-política e acesso aos recursos necessários, para reforçar os direitos para satisfação das necessidades e participação dos indivíduos.

Dessa forma, a inovação social representa um contexto de mudanças nas instituições ou agências que contribuem para a inclusão social, entendendo que instituição refere-se a um conjunto de leis, regulamentos, organizações, hábitos ou qualquer processo de socialização formal e informal que atingiu certa estabilidade/regularidade ao longo do tempo (Moulaert et al., 2005).

Nesse contexto, os conceitos de inovação social integram duas perspectivas: uma com foco no resultado e outra com foco no processo (Hulgård & Ferrarini, 2010; Sharra & Nyssens, 2010). Na perspectiva da inovação social como resultado, os conceitos adotados enfatizam que se deve atender além de uma necessidade específica, mas buscar alcançar uma finalidade social, baseando-se nos valores, criando um novo significado

(Assogba, 2010) e satisfazendo a uma aspiração (Saucier et al., 2006).

A inovação social dentro da perspectiva do processo visualiza as alternativas de inovação social que surgem a partir das condições específicas no contexto socioeconômico de uma determinada localidade (Sharra & Nyssens, 2010). Requer uma maior participação dos atores, partilha de recursos e a difusão da inovação por meio de educação, formação e conhecimento. Desse modo, ela tem a finalidade de gerar as transformações sociais por meio de novas formas de relações ou de laços sociais, realizados por um período de tempo (Rollin & Vincent, 2007).

Logo, os atores são fundamentais para o desenvolvimento e implementação de uma determinada inovação social, podendo ser classificados em sociais, organizacionais, institucionais e intermediários (Correia et al., 2016; Tardif & Harrisson, 2005). Esse processo de inovação social inclui um conjunto de interações entre os agentes, aprimora os modos de coordenação e enriquece o processo de aprendizagem coletiva.

Assim, as ações de inovação social praticadas pelos atores contemplam um modelo de desenvolvimento com integração econômica, social e ambiental, visando promover a justiça social e a preservação ambiental (Souza, Lessa, & Silva Filho, 2019). Constitui-se, portanto, um poderoso instrumento de integração social com o objetivo de fortalecer a sociedade civil para enfrentar problemas de natureza socioambiental e econômica. Então, viabiliza atividades de produção, prestação de serviços e comercialização e consumo mais sustentável.

Sociedade Civil

A noção de sociedade civil é própria da modernidade europeia. Hegel cunha o termo de sociedade civil para estabelecer uma diferença em relação ao Estado e atribui a cada uma das duas instâncias sua própria esfera de atuação (Kritsch, 2014). O que caracteriza e diferencia a sociedade civil e o Estado é a natureza dos interesses, particular ou geral, que os movem ou do bem que buscam por meio de suas ações (Restrepo, 1990). Para ele, a sociedade civil era, portanto, constituída por associações, comunidades e corporações que teriam um papel normativo e sociológico fundamental na relação entre os indivíduos e o Estado (Ramos, 2008; Silva, 2013).

Essa interação era condicionada por três elementos, a saber: um “sistema de necessidades”, ou seja, a economia; uma “administração da justiça” que protege a propriedade como a fonte da liberdade individual; e a “polícia e a corporação” que são os agentes reguladores das duas esferas precedentes (Ramos, 2008). A sociedade civil originava das ações que derivam de um interesse particular, como um sistema de necessidades e o Estado é o produto de uma ação que obedece ao interesse geral de toda a coletividade

(Restrepo, 1990; Tavares, 2014).

Na perspectiva hegeliana, as organizações da sociedade civil desempenham um papel essencial na mediação no relacionamento político entre o indivíduo e o Estado (Colás, 2013). Assim, é possível identificar, no âmbito desta concepção teórica da sociedade civil, duas inovações (Ramos, 2008): 1) o reconhecimento da importância das associações independentes como componentes fundamentais da sociedade civil, atuando como mediadoras entre os indivíduos e o Estado; e 2) o reconhecimento da centralidade dos indivíduos conscientes e reflexivos na construção da sociedade civil moderna (Colás, 2013).

No debate político sobre a atuação da sociedade civil, prevalecem como centrais quatro matrizes teóricas (Ramos, 2005): 1) matriz neotocquevilliana; 2) matriz neoliberal; 3) matriz habermasiana; 4) matriz gramsciana. As características principais destas matrizes quanto à atuação da sociedade civil são descritas no Quadro 1.

Quadro 1. Matrizes Teóricas da Sociedade Civil

1. Matriz Neotocquevilliana: A sociedade civil é concebida como um local habitado por organizações de associação livre, da qual o cidadão possa participar de acordo com o seus interesses privados, vinculando-se com outros por intermédio da ajuda mútua e voluntária, contribuindo para a estabilidade da democracia liberal.
2. Matriz Neoliberal: Nesta matriz, a sociedade civil é vista de uma forma mais passiva, menos como uma esfera contraposta ao Estado e ao capitalismo e mais como um complemento ou mesmo um substituto para o Estado e o mercado.
3. Matriz Habermasiana: Nesta Matriz, a sociedade civil é vista como um projeto emancipatório contemporâneo. Nela se inserem todas as instituições e formas associacionistas que requerem interação comunicativa para sua reprodução e que confiam primariamente em processos de integração social para ação coordenada dentro de suas fronteiras.
4. Matriz Gramsciana: Para Gramsci, a sociedade civil é composta pelas organizações responsáveis tanto pela elaboração quanto pela difusão das ideologias, compreendendo assim o sistema escolar, as igrejas, os sindicatos, os partidos políticos, as organizações profissionais, a organização material da cultura.

Fonte: Ramos (2005)

Para a Matriz Neotocquevilliana, a existência de uma sociedade civil ativa é vista como algo fundamental para a consolidação da democracia. Isto porque a qualidade da vida pública e o desempenho das instituições sociais são fortemente influenciadas pelas normas e redes de engajamento cívico, de modo que se faz uso do conceito de capital social para obter uma melhor compreensão desse fenômeno (Agostini, 2015; Ramos, 2005). No contexto da Matriz Neoliberal, a sociedade civil não é o espaço da luta e da emancipação e, sim, da estabilidade, da provisão, da confiança e da responsabilidade social. Os atores da sociedade civil, nesta abordagem, são descritos a partir dos termos organizações sem fins lucrativos ou

organizações não governamentais que caracterizam o conceito de Terceiro Setor (Dagnino, 2004). Este setor é visto como mais eficiente na resolução de problemas sociais, como injustiça e exclusão. Defende-se, desse modo, que o fortalecimento da sociedade civil ajudaria a promover o desenvolvimento social, uma vez que o Estado é intrinsecamente ineficaz na resolução de problemas de cunho social.

Nesse sentido, o conceito de sociedade civil sofre uma transformação estrutural na Matriz Habermasiana (Paula, 2016). No desenvolvimento dessa abordagem, Andrew Arato e Jean Cohen afirmam que Habermas não propôs uma teoria de sociedade civil, mas ofereceu uma base para que a teoria deles sobre sociedade civil fosse defendida (Ramos, 2005). Assim, eles propuseram um conceito habermasiano de sociedade civil, ligando-a aos movimentos sociais e instituições que podem se localizar tanto na esfera privada quanto na pública e ter como objetivo deter ações do mercado e do Estado nos pontos de contato entre estes e a sociedade civil. A sociedade civil é autônoma, suas atividades são governadas por normas que são tiradas do “mundo da vida”, na perspectiva de Habermas, e reproduzidas e reformuladas por meio da comunicação. Logo, ela “seria uma forma de ação comunicativa habermasiana - isto é, um processo de deliberação através do qual os indivíduos podem estabelecer a validade de reivindicações morais.” (Ramos, 2005, p. 80).

Por fim, na Matriz Gramsciana, constata-se que Gramsci propõe duas instâncias da prática social: a sociedade civil e a sociedade política (Restrepo, 1990). Dessa forma, a sociedade civil é composta por organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política (Gramsci, 2006). Tal sociedade civil é considerada uma das esferas principais do Estado visto em seu sentido ampliado; a outra seria a sociedade política: o conjunto de mecanismos por meio dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executivas e policial-militar (Ramos, 2005).

Assim, ao abordar o processo de emancipação, a perspectiva gramsciana de sociedade civil considera que é necessário um período de transição, para que de fato ocorra a efetivação da práxis na transformação social, o que necessita de mediações por meio de ações políticas. Ressalta-se, entretanto, que o uso do termo “sociedade civil” vai depender do lugar e do tempo, do país e do quadro jurídico em que está inserido, além de fatores que incluem a adesão, a missão, a forma de organização e os níveis de operacionalização do conceito (Heinrich & Fioramonti, 2007; Yang & Holgaard, 2012).

Neste trabalho, entende-se por sociedade civil a grande variedade de organizações sociais que tem presença na vida pública, expressando os interesses e os valores de seus membros ou de outros com base em princípios éticos, culturais, político, científico, religiosos ou filantrópicos. Isto se relaciona com o conceito de inovação social inserido na Matriz Habermasiana, que

prevê um processo emancipatório na busca da transformação social, para o atendimento às necessidades sociais que não ocorrem de forma convencional. Alguns exemplos de atuação são: grupos comunitários, organizações não-governamentais (ONGs), sindicatos, grupos indígenas, organizações de caridade, organizações religiosas, associações profissionais e fundações.

Nessa perspectiva, as organizações da sociedade civil tem responsabilidades diferenciadas do papel do Estado e do mercado, tendo como objetivo principal a melhoria na vida das pessoas mais desfavorecidas e devem observar os seguintes aspectos: são impulsionados por valores que refletem um desejo de melhoria social; contém elementos de voluntarismo; possuem governança privada e independente; e são formalmente constituídas de direito (Andion, Lima Moraes, & Gonsalves, 2017; Dagnino, 2004).

Na seção a seguir, discorre-se sobre a importância da atuação da sociedade civil para o desenvolvimento, implementação e difusão da iniciativas de inovação social.

A importância da Sociedade Civil para a Inovação Social

A crise do Estado do bem-estar e a retirada do Estado de certos domínios de intervenção dão lugar a iniciativas tomadas por atores da sociedade civil, fazendo com que estes adquiram competências e habilidades necessárias para desenvolver soluções que envolvam problemas sociais em contextos locais. Nesse âmbito, a inovação social emerge por meio de ligações mantidas com vários movimentos sociais, que estão localizados originalmente em protesto e conflito e que, em seguida, passam a criação de espaços e encontrar soluções para os problemas vivenciados (Moraes & Andion, 2017; Pel et al., 2018; Rollin & Vincent, 2007).

Uma comunidade típica, nesse contexto, é representada por atores externos e atores locais (Butkevičienė, 2009; Souza et al., 2019), atuando conjuntamente no desenvolvimento de inovações sociais. Considera-se, por um lado, que os atores externos atuam facilitando a capacidade institucional local para ser capaz de mobilizar recursos internos e desenvolver inovações sociais, podendo ser financiadores privados externos, organismos nacionais de defesa, agências federais ou estaduais de financiamento. Por outro lado, os atores locais são aqueles que desenvolvem a inovação social, podendo alavancar ou dificultar uma solução inovadora, representados pelos líderes comunitários e organismos de base locais (Correia et al., 2016; Goldsmith, 2010). Para fins deste trabalho, assume-se que esses atores locais estão inseridos no escopo de atuação da sociedade civil.

Para o desenvolvimento e implementação de inovações sociais na comunidade, constata-se que a perspectiva de baixo para cima é mais bem sucedida, uma vez que emerge da sua própria necessidade em lidar com os problemas do cotidiano local (Butkevičienė, 2009; Lindberg, 2018; Manzini, 2014). Em outras palavras, a sociedade civil necessita se articular e atuar politicamente na busca de soluções para os problemas sociais que a aflige, promovendo a identificação das necessidades reais da população e a hierarquização das urgências, em contraponto às imposições de estratégias *top down*. Assim, este trabalho tem o objetivo de estudar a sociedade civil, considerados como

atores locais, e seus papéis estratégicos dentro das três dimensões fundamentais da inovação social, propostas por Moulaert *et al.* (2005): dimensão conteúdo, dimensão processo e dimensão empoderamento, os quais são apresentados na sequência.

a) Dimensão Conteúdo

A dimensão conteúdo identifica a satisfação das necessidades humanas não satisfeitas e/ou não percebidas como importante pelo mercado ou pelo Estado (Moulaert *et al.*, 2005). As necessidades sociais surgem em um contexto marcado por crises de caráter econômico, ambiental ou social, capazes de provocar situações insatisfatórias que podem gerar mudanças que levam à ruptura ou à descontinuidade de uma estrutura social consolidada (Tardif & Harrisson, 2005). Comumente, as inovações aparecerem pela primeira vez em um contexto de crise ou necessidade de rever práticas que são mais adequadas a novos contextos ou novas exigências (Cloutier, 2003).

Dentro do conceito de inovação social, insere-se respostas às necessidades ou problemas sociais, impactos sociais positivos e criação de valor social (Assogba, 2010; Caulier-Grice *et al.*, 2012; Howaldt & Schwarz, 2016; van der Have & Rubalcaba, 2016; van Wijk, Zietsma, Dorado, de Bakker, & Martí, 2018). As necessidades sociais não são consideradas um dado, mas uma co-construção real da sociedade civil, em um processo de baixo para cima, caracterizado como democrático. Desse modo, o conteúdo da inovação social deve se concentrar em como os seus objetivos são definidos e construídos pela sociedade civil, para colocá-la em prática e qualificar o propósito da inovação como socialmente inovador (Fossati, Degavre, & Lévesque, 2018; Guyon, Besançon, & Godin, 2013).

A inovação social está em alta na agenda política (Moraes & Andion, 2017). Ela não é entendida apenas como a busca de satisfação das necessidades sociais provocadas pela ausência do Estado ou do mercado, mas é vista como uma oportunidade de responder às múltiplas crises sociais, econômicas e ambientais que são enfrentadas por sociedades de todo o mundo. Portanto, a sociedade civil tenta reagir e buscar novas maneiras de agir, por meio de iniciativas de inovação social e de mecanismos de solidariedade e reciprocidade local, perceptíveis ao surgimento de novas estruturas de governança (Howaldt & Schwarz, 2016; Nyseth *et al.*, 2019; Pisano, Lange, & Berger, 2015).

O padrão geral do processo de inovação social é envolver os cidadãos no contexto da inovação social, colocando os atores em uma posição para encontrar novas soluções (produtos, serviços, modelos, mercados, processos), que atendam, simultaneamente, a uma necessidade social (mais eficazmente do que as soluções existentes) e levar a novas capacidades ou aperfeiçoamentos, novos relacionamentos e/ou uma melhor utilização dos ativos e recursos (Davies, Simon,

Patrick, & Norman, 2012; Ziegler, 2017).

A fim de desenvolver soluções, primeiro é importante identificar os desafios e problemas existentes. Em alguns casos, são os próprios cidadãos que desenvolvem suas inovações. Isto porque eles detêm uma melhor compreensão do contexto onde estão inseridos, o que os torna melhor posicionados para articular esses desafios, tendo informações sobre si mesmos, a exemplo das especificidades de tempo, de lugar, de eventos e de experiências, das suas necessidades e de suas aspirações (Davies *et al.*, 2012; Martins & Bermejo, 2018). 2012). Dessa forma, o conhecimento tácito que os cidadãos realizam é, portanto, fundamental para o processo de inovação social.

A compreensão da existência e da dinâmica de uma necessidade não atendida pode ajudar a identificar estratégias e abordagens para encontrar novas e melhores maneiras de satisfazer essas necessidades. Mesmo que a identificação das necessidades seja uma abordagem baseada em um “déficit” que ela incide sobre determinadas localidades, podem ser baseadas em ativos, que incidem sobre os recursos, as capacidades e os recursos que os atores e a comunidades têm a sua disposição (Caulier-Grice *et al.*, 2012).

São tomadas novas formas locais de governança, flexíveis e sensíveis, envolvendo uma relação não mercantil para identificar e satisfazer às necessidades locais (Guyon *et al.*, 2013; van Wijk *et al.*, 2018). Desse modo, o desenvolvimento da inovação social acontece quando se é concebido de acordo com esta governança e suas relações marcadas pela diversidade, cultura e valores. Apesar do escopo da subjetividade imersa na noção de necessidade social que, muitas vezes, não a torna explícita, pode-se constatar que as necessidades sociais de base estão relacionadas aos recursos de moradia, saúde, educação, cultura e democracia a depender do contexto (Muller & Tanguy, 2019).

Logo, a questão do acesso aos recursos necessários para a realização dos direitos que promovam a satisfação das necessidades humanas é aguda (Hillier, Moulaert, & Nussbaumer, 2004). Para alcançar um estado do bem-estar ou uma resposta satisfatória a uma necessidade social, a acessibilidade aos recursos é uma condição necessária (Guyon *et al.*, 2013).

Uma abordagem que destaca a identificação das necessidades sociais é a criação de empreendimentos sociais (Jessop *et al.*, 2013). Embora, muitos desses empreendimentos não refletem o grau avançado de institucionalização, sua dinâmica de mercado, suas relações típicas de produção e cooperação, ou sua articulação com o mundo social mais amplo.

Esta descrição economista e reducionista da economia social tende a ignorar os aspectos macroeconômicos distintivos da inovação social como um conjunto interativo de práticas; além de negligenciar os aspectos econômicos das inovações sociais que não são imediatamente econômicas em seus objetivos.

Essas fraquezas refletem-se numa compreensão superficial das relações entre transformação social e inovação social. No geral, essa visão estreita da inovação social promove um “liberalismo solidário” que privilegia a empresa social como o agente-chave para a mudança social e a economia como a esfera primária da vida social (Jessop *et al.*, 2013).

Destaca-se, nesse contexto, a necessidade da ampla participação dos segmentos da comunidade diretamente afetados, quando da concepção, elaboração, implementação e avaliação de programas e projetos específicos de inovação social, relacionados com o desenvolvimento local, como meio de assegurar a sua eficácia e sustentabilidade. Desta forma, pode-se agir coletivamente e criar uma sinergia, bem como aumentar a sua capacidade cívica, na medida em que age em conjunto em torno dos problemas das comunidades, legitimando o processo e aumentando a capacidade produtiva por meio da aprendizagem, adaptação e geração de resultados visíveis.

b) Dimensão Processo

O desenvolvimento de iniciativas de inovação social ocorre por um processo não linear, o que exige diferentes tipos de apoio para sua realização, por meio de um ciclo de vida que se enquadre em uma estrutura eficaz (Hubert, 2010). A pesquisa sobre desenvolvimento da inovação social identificou seis fases diferentes da constatação da necessidade de mudança para a efetiva mudança no contexto social (BEPA, 2010), a saber: 1) o problema é diagnosticado e são identificados não só os sintomas, mas suas causas principais; 2) são geradas ideias sobre maneiras de lidar com o problema identificado; 3) envolve a experimentação das ideias através de projetos-piloto com o feedback dos usuários e especialistas; 4) ocorre a movimentação do projeto para a inovação social no que se refere aos recursos a serem adquiridos e o papel de cada ator para a implementação da ideia; 5) a inovação social é difundida com a replicação dos resultados em um grupo maior ou em outras comunidades; 6) a inovação social é consolidada a partir da adoção de novas formas de pensar que são postas em prática.

Essas ações de inovação social estão orientadas para mudar uma situação social insatisfatória, envolve muito elementos (movimentos sociais, modelos de negócios, leis e regulamentos, dados de pesquisa e infraestruturas) e atores de todos os setores (público, privado, o lucro e sem fins lucrativos, informal) que se vinculam ao objetivo de mudar a realidade social (Howaldt & Schwarz, 2016; Lehtola & Stähle, 2014; Ziegler, 2017). Assim, o processo de criação e de implementação é desenvolvido a partir da consciência e da participação dos atores envolvidos, considerados como participantes efetivos ao longo das etapas e como protagonistas da inovação social. Logo, condição essencial para a existência da inovação social é a participação, autonomia e desejo de mudança. Há uma diversidade de atores envolvidos nesse processo dentre os quais se destacam os representantes da sociedade civil, do mercado e do governo. Mesmo que existam interesses divergentes entre tais atores, deve sempre existir um canal de conciliação e ajuste, cada um assumindo seu papel (Baker & Mehmood, 2015).

Na dimensão processo da inovação social, a

governança é caracterizada pela articulação entre os setores da sociedade civil, Estado e mercado, abrangendo mecanismos de participação, de consenso e de acumulação de capital social (Lévesque, 2016). Portanto, no escopo do processo de inovação social há a necessidade de coordenar as diferentes partes que atuam no sistema com o propósito de construir e manter redes de relacionamentos e cooperação para seu funcionamento (Assogba, 2010; Cloutier, 2003; Rollin & Vincent, 2007). Isto porque o processo de inovação social é constituído a partir da integração de uma pluralidade de atores sociais, cuja atuação conjunta propicia o aumento do capital social, dos níveis de aprendizado e das capacidades de cada membro envolvido.

Na medida em que acontece a reestruturação da rede de atores sociais, é provocada uma redefinição de orientações culturais que formaliza a adoção da nova gestão das relações sociais e redireciona o estabelecimento de novas formas de fazer as coisas, por meio do desenvolvimento de novos serviços, processos, produtos ou novas formas de organização das relações sociais (Saucier et al., 2006).

A inovação social, dentro dessa dimensão, tem como objetivo desenvolvimento de novas estruturas de produção, envolvendo uma reorganização do trabalho como determinante na capacidade de inovar, discussão sobre a questão do bem-estar dos indivíduos e do aumento da autonomia da sociedade civil, favorecendo o empoderamento e valorizando a pessoa humana (Baker & Mehmood, 2015; Cloutier, 2003; Moulart, 2016).

A inovação social é entendida como a produção de novas ideias, de novas estruturas e de um processo de re-contextualização, em que são socialmente construídas as normas do bem público, da justiça e da equidade. Demonstra uma construção de mudança social que enfatiza o conhecimento e bens culturais das comunidades. Desse modo, coloca em primeiro plano a reconfiguração coletiva das relações sociais, envolvendo mudanças de atitudes, comportamentos ou percepções de um grupo de pessoas que, por meio de uma rede de interesses alinhados, levam a novas e melhores maneiras de ação colaborativa no seio do grupo (Caulier-Grice et al., 2012)

A importância gerada na participação da sociedade civil para a inovação social está centrada, principalmente, no processo de aprendizagem para aquisição de conhecimentos, mudança de representações, de novos aprendizados e cooperação (Cloutier, 2003). A participação ativa desses atores sociais locais é que define o escopo do projeto de inovação social, por meio de um processo de aprendizagem que culmina com a resolução dos seus problemas sociais.

Outro fator relevante é a conscientização e a capacitação dos atores locais no processo de resolução de problemas, uma vez que são considerados como agentes de mudança autônomos e os principais responsáveis por diagnosticar as necessidades sociais pela resolução de problemas (van Wijk et al., 2018). O modo como os atores interagem e coordenam o desenvolvimento de uma inovação social gera um potencial nos indivíduos, por meio de um processo de aprendizagem para aquisição dos conhecimentos, mudança de representações, novos aprendizados e um sistema de cooperação.

Tardif e Harrisson (2005) reforçam que é dada a sinergia dos atores e sua motivação para inovar; a força e a disponibilidade de gerenciar os recursos para lidar com os

obstáculos que se renovam os papéis distribuídos em várias esferas, com atores de diferentes culturas e identidades em busca de um interesse coletivo e público. A partir desta perspectiva, a inovação social pode ser vista como um processo de aprendizagem coletiva e de criação de conhecimento (Santoro, Ferraris, & Vrontis, 2018). Uma vez organizado e legitimado o processo de inovação social, entra no estágio de institucionalização e difusão, mecanismo pelo qual é produzido e reproduzido ao longo do tempo, com o objetivo de manter as oportunidades para estratégias alternativas e processos de desenvolvimento (Moulaert, 2013).

Embora a inovação social aconteça nos níveis 'micro-meso-macro', os níveis são definidos dentro dos diferentes graus de estruturação de práticas locais, que se relacionam com diferenças de escala e o número de atores envolvidos. Presume-se, assim, que os níveis se referem a diferentes graus de estabilidade, e não são necessariamente hierárquicos.

O desafio é manter o foco em um modelo horizontal caracterizado por múltiplas relações em vez de relações hierarquizadas (Geels, 2011). As práticas sociais dentro das iniciativas sociais são vistas como o resultado de atores que combinam e reproduzem diferentes elementos (tecnologia, significado, habilidades), que circulam entre as práticas.

Dentro desse contexto, a sociedade civil pode ser fonte de inspiração e uma força motriz para a inovação social, normalmente formações sobre as necessidades residem com os usuários e informações sobre as soluções residem com os produtores, que otimizam custos ao investigar nos usuários as necessidades latentes (Davies et al., 2012). A novidade da inovação social é em grande parte dependente da recombinação de elementos, de forma que a exclusão de algum grupo, que tem o objetivo de contribuir, pode fragilizar a diversidade e os elementos particulares que têm para oferecer (Young, 2011).

Portanto, a inovação social se distingue principalmente pelo processo ancorado na participação dos atores envolvidos e partes interessadas da sociedade civil e na qualidade das parcerias realizadas. Assim, pensar em envolvimento da sociedade civil dentro do conceito de inovação social é compreender as formas como os atores se articulam e como podem se envolver no processo de desenvolvimento de novas soluções para os desafios sociais.

c) Dimensão Empoderamento

Por fim, a dimensão empoderamento da inovação social ressalta o papel da participação social no processo de formação e consolidação das identidades regionais, que facilitam a construção de consensos básicos entre os atores sociais essenciais para o desenvolvimento local. Dessa forma, esta dimensão trabalha na perspectiva *botton-up* da inovação social. Em outras palavras, a sociedade civil (re)descobre seu poder de cooperação,

tornando-se um agente ativo na busca de soluções para as necessidades sociais locais, atuando de forma criativa por meio de produtos, serviços, lugares, conhecimentos, habilidades e tradições existentes, bem como por meio do gerenciamento de seus próprios recursos, sem esperar por uma mudança *top-down* e geral na política, na economia ou nos ativos institucionais e de infraestrutura do sistema (Manzini, 2014).

Para facilitar uma melhor compreensão da inovação social como uma série de iniciativas estratégicas de baixo para cima, dentro de uma estrutura micro (local), aponta-se como um movimento multifacetado para a emancipação social e o desenvolvimento humano, orientada para um espectro muito mais amplo de identificação de necessidades humanas. Dessa forma, considera-se que as políticas *top down* pertencem a uma macro estrutura e tendem a não priorizar suas demandas, contribuindo para a diminuição de uma autonomia gerada na base e compreensão do contexto social.

Pratt (2011) apresenta funções-chave da sociedade civil que são aplicadas a essa dimensão. A primeira delas é gerar a base para a democracia, ao afirmar que a sociedade civil se adapta a processo de negociação e de representação, quando se encontram dentro de uma cultura da democracia (perspectiva *bottom-up*), levando o comportamento democrático além do nível processual básico, a exemplo de eleições livres, criando normas, sistemas e redes que garantam a democracia em experiências interativas a nível local, tornando a sociedade civil forte e pluralista junto ao Estado. A segunda função-chave é promover a responsabilização política. A sociedade civil tem o compromisso de fazer com que o Estado escute suas necessidades, para isso são formadas organizações da sociedade civil com o objetivo de articular o interesse dos cidadãos com as responsabilidades políticas do Estado. A terceira função considera a sociedade civil como fonte de inovação, que cria e promove alternativas para sanar seus problemas sociais, implementando inovações sociais dentro de suas realidades. Por fim, a quarta função está associada ao princípio da legitimidade, na qual o Estado deve obter a legitimidade dos seus cidadãos, a partir da ideia de que os cidadãos têm direitos iguais perante a lei e que o Estado reconhece esta questão como essencial. Portanto, as organizações da sociedade civil se tornam um canal para representar os cidadãos e os seus interesses.

Uma resposta a esse comportamento da sociedade civil está no papel que o setor público vem desempenhando, não só no apoio a inovações sociais, mas também na implementação de novos processos participativos internos que mudam a maneira pela qual os atores interagem e no fornecimento de marcos regulatórios e financeiros necessários para a difusão das inovações sociais (BEPA, 2010; Rana, Weerakkody, Dwivedi, & Piercy, 2014). Assim, a inovação social na esfera pública oferece espaços para que vários atores e instâncias intervenham sobre o mesmo problema público, exigindo dos atores novas respostas, soluções e novas formas de executá-la, por meio da comunicação e cooperação (Moraes & Andion, 2017).

Nesse sentido, impactos positivos sobre a esfera pública podem ser alcançados por meio da participação da sociedade civil como agente de prestação de serviços inovadores, para identificar e responder às novas necessidades e exigências, além de proporcionar legitimidade a novas reivindicações no

discurso, bem como também podem mudar a estrutura de governança institucional, mudança de valores e normas para gerar novas políticas públicas (Moulaert, 2016). Iniciativas de inovação social muitas vezes mantêm um relacionamento instável com os atores públicos. As dificuldades em se envolver com as estruturas institucionais de governança surgem, por estarem baseados em arranjos precários e temporários de cooperação. Apesar disso, para obter a consolidação dos seus resultados, tais iniciativas devem ser caracterizadas por laços fortes e formais entre os atores (sociais, privados, públicos) e entre as diferentes escalas da estrutura de governança (Lehtola & Stähle, 2014; Moulaert et al., 2010). Esses atores são envolvidos como co-produtores de políticas públicas, contribuindo para o sucesso de iniciativas, por meio da sua capacidade de participar de redes complexas de diferentes atores.

Como participação pública, o envolvimento do cidadão é primordial para reforçar a legitimidade e a responsabilidade das instituições democráticas, como também para contribuir com a coesão social à medida em que fornecem informações relevantes sobre as necessidades e condições locais. Assim, ajuda na tomada de decisão por meio da formulação de políticas públicas mais eficazes, podendo beneficiar a localidade. No contexto da participação social ou civil, as atividades de engajamento tendem a ser firmadas, por meio do aumento de capital social, da confiança e dos laços comuns que existem entre os indivíduos, com a preocupação do bem-estar da localidade (Amanatidou, Gagliardi, & Cox, 2018; Baker & Mehmood, 2015; Davies et al., 2012).

Um olhar crítico pode ser feito ao analisar o envolvimento dos cidadãos com base na dinâmica de poder. A participação é, sobretudo, uma transferência de poder, logo uma participação sem redistribuição de poder é um processo vazio e frustrante (Davies et al., 2012). O Estado ao oferecer atividades de participação, mas que não cedem espaço para uma redistribuição de poder usufrui apenas do simbolismo de participação, pelo fato da ausência de garantia de que as opiniões dos cidadãos sejam ouvidas.

Assim, o processo de envolvimento na inovação social é suscetível ao envolver todas as formas de interação, uma vez que os cidadãos são apenas informados até o ponto em que cidadãos e inovadores dialogam juntos. Resumidamente, existem dois propósitos básicos de envolvimento dos cidadãos, a participação dos cidadãos como informantes, ajudando no entendimento da situação presente ou passada que enfrentam e a participação dos cidadãos como co-criadores de inovações sociais (Bason, 2018).

No entanto, a esfera pública não é o único setor ativo na inovação social, devem-se incluir nesse processo, os setores sem fins lucrativos e os privados, além dos grupos de informações de cidadãos e movimento sociais (Bakker, Den Hond, King, & Weber, 2013; Davies et al., 2012; Papakostas, 2011). Quando um dos setores apresentados são condutores do processo de

desenvolvimento de uma nova solução para um desafio social, eles também conduzem a integração com os demais setores e coordenação e com o conhecimento especializado necessário de cada parte envolvida.

As iniciativas sociais tem sofrido críticas ao subestimar o papel da agência nas transições pragmáticas de seus territórios. O envolvimento dos atores dentro de um enfoque sociotécnico se faz necessário para uma maior atenção ao papel do poder e da política, e ao incorporar abordagens construtivistas, como a construção social de tecnologia, da rede de atores e representações alternativas.

Por isso, a inovação social exige a análise de todos os atores envolvidos no processo e da criatividade estimulada por essas diferenças. Os fatores de sucesso na implementação de uma inovação social estão na sinergia dos atores e sua motivação para inovar; na força para lidar com os obstáculos; na disponibilidade de gerenciar os recursos para sanar os obstáculos (Tardif & Harrisson, 2005). A inovação social assume, então, uma participação renovada dos atores que ocupam papéis diferenciados, distribuídos em várias esferas, com diferentes culturas e identidades em busca de um interesse coletivo e público. Dessa forma, as iniciativas de inovação social são interligadas com as organizações sociais, que se concentram no apoio à sociedade civil, oferecendo bem-estar e serviços sociais.

Dentro das relações apresentadas, o envolvimento cidadão vai depender da sua relação com a satisfação das necessidades não atendidas, com o envolvimento dos mecanismos de governança existentes, com o seu nível de articulação, aprendizagem e empoderamento, bem como a realidade do contexto social.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi analisar os papéis estratégicos da sociedade civil nas três dimensões fundamentais da inovação social identificadas por Moulaert et al. (2005), a saber: conteúdo, processo e empoderamento. Apesar do reconhecimento de que os fatores de sucesso na implementação de uma inovação social estão na sinergia entre/dos atores e sua motivação para inovar, na força para lidar com os obstáculos e na disponibilidade de gerenciar os recursos para sanar os obstáculos (Tardif & Harrisson, 2005), constata-se que a sociedade civil desempenha um papel essencial nesse processo, conforme discutido ao longo deste estudo.

A participação da sociedade civil ocupa bastante espaço nos discursos sobre desenvolvimento local, mas a realidade é muitas vezes manifestada por imposições de estratégias *top down*. Entretanto, deve-se ressaltar que a identificação das necessidades reais da população e a hierarquização das urgências dependem de iniciativas vindas da base, como as que estão inseridas no processo de inovação social, as quais deverão constituir as estratégias de ação a serem complementadas com aportes de recursos considerados essenciais, mas que não podem ser mobilizados localmente (Sachs, 2007), o que poderá ocorrer a partir do estabelecimento de relações com os demais atores.

O modelo de sociedade civil para o desenvolvimento de iniciativas sociais deve ser embasado em um modelo emancipatório, por meio de uma forma de governança voltada para uma participação ativa da sociedade, tornando-a uma

esfera adicional de provisão de bem-estar, fornecendo laços de solidariedade entre seus membros, relacionada explicitamente ao combate a exclusão social e focada na integração social.

Desse modo, o envolvimento da sociedade civil em iniciativas de inovação social se volta para um modelo efetivo de democracia participativa e exercício pleno de cidadania, apresentando vantagens na satisfação das necessidades (dimensão conteúdo), na articulação entre os atores, nos seus níveis de cooperação e aprendizagem (dimensão processo), bem como na sua participação mais ativa (dimensão empoderamento).

Apesar disso, deve-se reconhecer que um dos principais desafios a serem enfrentados pela sociedade civil como um ator social estratégico no processo de inovação social é o reconhecimento de que a transformação estrutural das relações de poder na sociedade é uma tarefa árdua que exige romper com modelos convencionais de resolução de problemas sociais.

Referências

- Agostini, C. (2015). Desenvolvimento regional sustentável: a formação de capital social dos tipos “bonding” e “bridging” no Vale do Taquari. *Revista Estudo & Debate*, 22(1).
- Amanatidou, E., Gagliardi, D., & Cox, D. (2018). Social engagement: Towards a typology of social innovation. *MIOIR/MBS Working Paper Series*, 1-37.
- Andion, C., Lima Moraes, R., & Gonsalves, A. (2017). Civil society organizations and social innovation. How and to what extent are they influencing social and political change? *CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa*, (90).
- Assogba, Y. A. (2010). *Théorie systémique de l'action sociale et innovation sociale. Innovation sociale et développement des communautés*. Alliance de recherche université-communauté Québec.
- Baker, S., & Mehmood, A. (2015). Social innovation and the governance of sustainable places. *Local Environment*, 20(3), 321-334.
- Bakker, F. G., Den Hond, F., King, B., & Weber, K. (2013). Social movements, civil society and corporations: Taking stock and looking ahead. *Organization studies*, 34(5-6), 573-593.
- Bason, C. (2018). *Leading public sector innovation: Co-creating for a better society*. Policy Press.
- BEPA. (2010). *Empowering people, driving change - social innovation in the European Union*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Bodstein, R., Zancan, L., Ramos, C. L., & Marcondes, W. B. (2004). Avaliação da implantação do programa de desenvolvimento integrado em Manguinhos: impasses na formulação de uma agenda local. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9, 593-604.
- Butkevičienė, E. (2009). Social innovations in rural communities: methodological framework and empirical evidence. *Socialiniai mokslai*, (1), 80-88.
- Cajaiba-Santana, G. (2014). Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, 82, 42-51.
- Caulier-Grice, J., Davies, A., Patrick, R., & Norman, W. (2012). Defining social innovation. A deliverable of the project: “The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe”(TEPSIE), *European Commission-7th Framework Programme, Brussels: European Commission, DG Research*, 22.
- Cloutier, J. (2003). *Qu'est-ce que l'innovation sociale?* Crises Montréal.
- Colás, A. (2013). *International civil society: social movements in world politics*. John Wiley & Sons.
- Correia, S. É. N., Oliveira, V. M. D., & Gomez, C. R. P. (2016). Dimensions of social innovation and the roles of organizational actor: The proposition of a framework. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 17(6), 102-133. <https://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p102-133>
- Dagnino, E. (2004). Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 95-110.
- Davies, A., Simon, J., Patrick, R., & Norman, W. (2012). Mapping citizen engagement in the process of social innovation. A deliverable of the project: “The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe”(TEPSIE), *European Commission-7th Framework Programme, Brussels: European Commission, DG Research*.
- Domanski, D. (2018). Developing the Social Innovation Ecosystem of the Viena Region. *ZSI Discussion Paper*, 37.
- Farfus, D., & Rocha, M. C. de S. (2007). Inovação Social: um conceito em construção. *Inovações Sociais, Coleção Inova*, 2.
- Fossati, E. C., Degavre, F., & Lévesque, B. (2018). L'innovation sociale: retour sur les marches d'une construction théorique et pratique. *Revue de la régulation*, 23(1er).
- Geels, F. W. (2011). The multi-level perspective on sustainability transitions: Responses to seven criticisms. *Environmental innovation and societal transitions*, 1(1), 24-40.
- Gerometta, J., Haussermann, H., & Longo, G. (2005). Social innovation and civil society in urban governance: Strategies for an inclusive city. *Urban studies*, 42(11), 2007-2021.
- Goldsmith, S. (2010). *The power of social innovation: How civic entrepreneurs ignite community networks for good*. John Wiley & Sons.
- González, S., & Healey, P. (2005). A sociological institutionalist approach to the study of innovation in governance capacity. *Urban Studies*, 42(11), 2055-2069.
- Gramsci, A. (2006). State and civil society. *The anthropology of the state: A reader*, 71-85.
- Guyon, T., Besançon, E., & Godin, I. J.-B. (2013). Les principales approches de l'innovation sociale. *Institut Jean-Baptiste Godin. L'innovation sociale en pratiques solidaires. Emergence, approches, caractérisation, définition, évaluation*. Amiens: Institut Jean-Baptiste Godin.
- Healey, P. (2015). Civil society enterprise and local

- development. *Planning Theory & Practice*, 16(1), 11-27.
- Heinrich, V., & Fioramonti, L. (2007). *CIVICUS global survey of the state of civil society: Comparative perspectives* (Vol. 2). Kumarian Press.
- Hillier, J., Moulaert, F., & Nussbaumer, J. (2004). Trois essais sur le rôle de l'innovation sociale dans le développement territorial. *Géographie, économie, société*, 6(2), 129-152.
- Hochgerner, J. (2011). The analysis of social innovations as social practice. *Die Analyse sozialer Innovationen als gesellschaftliche Praxis. Vienna and Berlin: Zentrum für Soziale Innovation* (ed.). *Pendeln zwischen Wissenschaft und Praxis. ZSI-Beiträge zu sozialen Innovationen*.
- Howaldt, J., & Schwarz, M. (2016). Social innovation and its relationship to social change. *Change*, 1, 3.
- Hubert, A. (2010). A. Empowering people, driving change: Social innovation in the European Union. *Bureau of European Policy Advisers*.
- Hulgård, L., & Ferrarini, A. V. (2010). Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública? *Ciências Sociais Unisinos*, 46(3), 256-263.
- Jessop, B., Moulaert, F., Hulgård, L., & Hamdouch, A. (2013). Social innovation research: a new stage in innovation analysis. *The international handbook on social innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research*, 110-130.
- Klein, J.-L., Camus, A., Jetté, C., Champagne, C., & Roy, M. (2016). *La transformation sociale par l'innovation sociale*. PUQ.
- Klein, J.-L., Fontan, J.-M., Harrisson, D., & Lévesque, B. (2014). L'innovation sociale au Québec: un système d'innovation fondé sur la concertation. In *L'innovation sociale* (p. 193-246). ERES.
- Klein, J.-L., & Harrisson, D. (2006). *L'innovation sociale: émergence et effets sur la transformation des sociétés*. PUQ.
- Krama, M. R. (2008). *Análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil, usando a ferramenta Painel de Sustentabilidade. 2008. 185 f.* Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistema)-Pontifícia
- Kritsch, R. (2014). Estado e sociedade civil na teoria política: alguns paradigmas, muitas trajetórias. *Política & Sociedade*, 13(28), 225-267.
- Lallemand, D. (2001). *Les défis de l'innovation sociale*. Esf Editeur.
- Lehtola, V. V., & Ståhle, P. (2014). Societal innovation at the interface of the state and civil society. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 27(2), 152-174.
- Lévesque, B. (2016). Économie sociale et solidaire et entrepreneur social: vers quels nouveaux écosystèmes?. *Revue Interventions économiques. Papers in Political Economy*, 54.
- Lindberg, M. (2018). Promoting and sustaining rural social innovation. *European Public & Social Innovation Review*, 2(2), 30-41.
- Magliocca, P., Canestrino, R., Bonfanti, A., & Oliiae, L. (2016). Networks for Social Innovation: Devoting "Learning Spaces" to Social Aims. *11th International Forum on Knowledge Asset Dynamics (IFKAD 2016) "Towards a New Architecture of Knowledge: Big Data, Culture and Creativity"*, 953-965.
- Manzini, E. (2014). Making things happen: Social innovation and design. *Design Issues*, 30(1), 57-66.
- Martinez, F., O'Sullivan, P., Smith, M., & Esposito, M. (2017). Perspectives on the role of business in social innovation. *Journal of Management Development*, 36(5), 681-695.
- Martins, T. C. M., & Bermejo, P. H. D. S. (2018). Determinant factors of participation in the co-production of ideas to solve public problems. *Revista de Administração Pública*, 52(3), 417-434.
- Moraes, R. L., & Andion, C. (2017). Civil society and social innovation in public arenas in Brazil: trajectory and experience of the Movement Against Electoral Corruption (MCCE). *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 1-29.
- Moulaert, F. (2013). *The international handbook on social innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research*. Edward Elgar Publishing.
- Moulaert, F. (2016). Social innovation: Institutionally embedded, territorially (re) produced. In *Social innovation and territorial development* (p. 27-40). Routledge.
- Moulaert, F., MacCallum, D., Mehmood, A., Hamdouch, A., Hillier, J., & Beinstein, B. (2010). Social Innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research. *Final report: Towards a handbook*. KATARSIS, 29044, 1-220.
- Moulaert, F., Martinelli, F., Swyngedouw, E., & Gonzalez, S. (2005). Towards alternative model (s) of local innovation. *Urban studies*, 42(11), 1969-1990.
- Muller, P., & Tanguy, C. (2019). Les organisations de l'économie sociale et solidaire (ESS) comme intermédiaires de l'innovation sociale: leurs apports... et limites. *Innovations*, (1), 189-217.
- Murray, R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G. (2010). *The open book of social innovation*. National endowment for science, technology and the art London.
- Nicholls, A., & Murdock, A. (2012). The Nature of Social Innovation. In A. Nicholls & A. Murdock (Orgs.), *Social Innovation: Blurring Boundaries to Reconfigure Markets* (p. 1-30). https://doi.org/10.1057/9780230367098_1
- Nyseth, T., Ringholm, T., & Agger, A. (2019). Innovative forms of citizen participation at the fringe of the formal planning system. *Urban Planning*, 4(1), 7-18.
- Oliveira, V. M. de, Gomez, C. R. P., & Correia, S. É. N. (2018). Os papéis da sociedade civil como protagonista no processo de promoção do consumo sustentável: Uma análise baseada na percepção de especialistas brasileiros. *Organizações & Sociedade*, 25(85). Recuperado de <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/15899>
- Papakostas, A. (2011). The rationalization of civil society. *Current Sociology*, 59(1), 5-23.
- Paula, A. P. P. (2016). Para além dos paradigmas nos estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistêmicas. *Cadernos Ebape. br*, 14(1), 24-46.
- Pel, B., Wittmayer, J., Dorland, J., & Jørgensen, M. S. (2018). *Unpacking the Social Innovation Ecosystem: A typology of empowering network constellations*. Apresentado em 10th

- International Social Innovation Research Conference September 3rd -5th 2018, Heidelberg (GER).
- Phills, J. A., Deiglmeier, K., & Miller, D. T. (2008). Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, 6(4), 34-43.
- Pisano, U., Lange, L., & Berger, G. (2015). Social Innovation in Europe. An overview of the concept of social innovation in the context of European initiatives and practices. *ESDN Quarterly Report*, 36, 1-25.
- Pratt, B. (2011). *Global changes and civil society - background paper for 'Civil society at a new frontier*. INTRAC.
- Ramos, C. A. (2008). Hegel e o moderno conceito de sociedade civil. *Revista de Filosofia Aurora*, 20(26), 39-54.
- Ramos, L. C. S. (2005). A sociedade civil em tempos de globalização: uma perspectiva neogramsciana. *Rio de Janeiro: dissertação de mestrado PUC-RJ*.
- Rana, N. P., Weerakkody, V., Dwivedi, Y. K., & Piercy, N. C. (2014). Profiling existing research on social innovation in the public sector. *Information Systems Management*, 31(3), 259-273.
- Restrepo, L. A. (1990). A relação entre a sociedade civil e o estado. Elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina. *Tempo Social*, 2(2), 61-100.
- Rollin, J., & Vincent, V. (2007). *Acteurs et processus d'innovation sociale au Québec*. Réseau québécois en innovation sociale.
- Sachs, I. (1993). Estratégias de transição para o século XXI. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 29-56.
- Sachs, I. (2007). *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. Cortez.
- Santoro, G., Ferraris, A., & Vrontis, D. (2018). Open social innovation: towards a refined definition looking to actors and processes. *Sinergie*, (105 (Jan-Apr)).
- Saucier, C., Lemssaoui, C., Bouchard, M., Fontan, J. M., Jouve, B., Klein, J. L., ... Mendell, M. (2006). Développement et territoire. In *Émergence et effets sur les transformations des sociétés*. JL Klein & D. Harrisson (Eds.) (p. 377-395). Presses de l'Université du Québec, .
- Sgaragli, F. (2014). *Enabling social innovation ecosystems for community-led territorial development*. *Quaderni della Fondazione Giacomo Brodolini, "Studi e ricerche" series, No. 49*. Rome: Fondazione Giacomo Brodolini. Online.
- Sharra, R., & Nyssens, M. (2010). Social innovation: An interdisciplinary and critical review of the concept. *Université Catholique de Louvain Belgium*, 1-15.
- Silva, R. G. A. (2013). Estado e Sociedade Civil em Hegel. *Revista Helius*, 1(1).
- Siphiwe, D. N. (2016). The Complexity of State-Civil Society Relations: Reflections on Practice and Theory. *Bangladesh Sociological Society*, 13(2), 16.
- Souza, A. C. A. A. de, Lessa, B. de S., & Silva Filho, J. C. L. (2019). Social innovation and the promotion of local economic development. *Innovation & Management Review*.
- Stiglitz, J. E., Sen, A., & Fitoussi, J.-P. (2009). *Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress*. The Commission Paris.
- Tardif, C., & Harrisson, D. (2005). *Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES*. Crises.
- Tavares, L. C. (2014). A Atomização do Sentido de Sociedade Civil. *Revista Ambivalências*, 2(4), 124-136.
- Teixeira, A. C., Dagnino, E., & Silva, C. A. (2002). La constitución de la sociedad civil en Brasil. *Sociedad civil, espacios públicos y democratización: Brasil. México: Fondo de Cultura Económica*, 21-76.
- van der Have, R. P., & Rubalcaba, L. (2016). Social innovation research: An emerging area of innovation studies? *Research Policy*, 45(9), 1923-1935.
- van Wijk, J., Zietsma, C., Dorado, S., de Bakker, F. G., & Martí, I. (2018). Social innovation: integrating micro, meso, and macro level insights from institutional theory. *Business & Society*, 0007650318789104.
- Wisniewski, M. L. G., & Bollmann, H. A. (2012). A responsabilidade socioambiental no contexto das relações entre Mercado, Estado e Sociedade: Contribuições da Constituição Brasileira de 1988. *REDES: Revista do Desenvolvimento Regional*, 17(1), 115-140.
- Yang, Y., & Holgaard, J. (2012). The important role of civil society groups in eco-innovation: a triple helix perspective. *Journal of Knowledge-based Innovation in China*, 4(2), 132-148.
- Young, H. P. (2011). The dynamics of social innovation. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, (108(supplement 4)), 21285-21291.
- Ziegler, R. (2017). Social innovation as a collaborative concept. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 30(4), 388-405.